



LEIS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS COMENTADAS

VOLUME I

Davi André Costa Silva

Marcos Eberhardt

SUMÁRIO

Capítulo I - CRIMES HEDIONDOS – Lei nº 8.072/90

1	Previsão constitucional e origem da lei.....	9
2	Critérios de definição dos crimes hediondos	10
3	Rol dos crimes hediondos	11
4	Figuras equiparadas	31
5	Vedação de benefícios penais e processuais – evolução do tema	35
6	Presídios federais	47
7	Livramento condicional	49
8	Alteração das penas dos crimes hediondos	51
9	Colaboração com a justiça.....	54
10	Apenamento agravado para a quadrilha	58
11	Causas de aumento de pena.....	62
12	Prazo em dobro para os procedimentos referentes ao tráfico ilícito de drogas – dispositivo superado	66
	Resumo dos pontos relevantes.....	66
	Bibliografia.....	68

Capítulo II - TORTURA – Lei nº 9.455/97

1	Noções preliminares	71
2	Crime comum – da [in]constitucionalidade da lei nº 9.455/97 – críticas doutrinárias.....	74
3	Dos crimes de tortura – análise dos tipos penais	78
3.1	Tipo penal-base – tortura-constrangimento	78
3.2	Modalidades de tortura	81
a	Tortura-prova ou tortura-persecutória	82
b	Tortura como crime-meio ou tortura para a prática de crime ou tortura-crime.....	83
c	Tortura racial ou discriminatória	84
d	Tortura-castigo	86
e	Figura equiparada – tortura do encarcerado	89
f	Omissão perante a tortura – responsabilidade do omitente	91
4	Formas qualificadas pelo resultado	95

5 Causas de aumento de pena – majorantes	97
6 Efeitos da sentença condenatória	103
7 Vedações de benefícios penais	104
8 Cumprimento da pena - regime inicialmente fechado – progressão autorizada.....	105
9 Livramento condicional	107
10 Extraterritorialidade da lei	107
11 Vigência da lei	108
12 Revogação do art. 233 do ECA	108
Resumo dos pontos relevantes.....	108
Bibliografia.....	111

Capítulo III - CRIME ORGANIZADO - Lei nº 9.034/95

1 Objeto e incidência da lei	113
2 Procedimentos investigatórios previstos na lei	122
3 Preservação de sigilo constitucional – tentativa frustrada de ressuscitar o juiz inquisidor	135
4 Órgãos envolvidos no combate ao crime organizado.....	137
5 Identificação criminal compulsória	138
6 Colaboração com a justiça – delação premiada	138
7 Liberdade provisória condicionada	140
8 Prazo para encerramento da instrução criminal	141
9 Vedação do direito de apelar em liberdade	142
10 Cumprimento de pena – progressão autorizada – regime inicial fechado.....	144
Resumo dos pontos relevantes.....	146
Bibliografia.....	148

Capítulo IV - ESTATUTO DO DESARMAMENTO - Lei nº 10.826/03

1 Órgãos envolvidos no controle das armas de fogo.....	152
2 Aquisição de arma de fogo – requisitos	153
3 Registro de arma de fogo.....	154
4 Porte de arma de fogo	155
5 Prazos do estatuto	158
6 Dos crimes e das penas – disposições gerais.....	159
7 Dos crimes em espécie – análise dos tipos penais	166
7.1 Posse irregular de arma de fogo de uso permitido	166

7.2 Omissão de cautela	170
7.3 Omissão de comunicação	173
7.4 Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido	176
7.5 Disparo de arma de fogo / acionamento de munição	180
7.6 Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	185
7.7 Condutas equiparadas ao porte de arma de fogo de uso restrito – crimes autônomos	187
7.8 Comércio ilegal de arma de fogo	196
7.9 Tráfico internacional de arma de fogo	198
8 Causas de aumento de pena	199
9 Vedação de liberdade provisória – declaração de inconstitucionalidade	201
10 Contravenções relacionadas a armas e munições e seu confronto com o estatuto do desarmamento	202
Resumo dos pontos relevantes	207
Bibliografia	208

Capítulo V - CRIMES DE TRÂNSITO – Lei nº 9.503/97

1 Disposições preliminares	209
2 Dos crimes de trânsito - disposições gerais	210
3 Dos crimes de trânsito – análise dos tipos penais	233
3.1 Homicídio culposo de trânsito	233
3.2 Causas de aumento de pena	244
3.3 Lesão corporal culposa de trânsito	250
3.4 Omissão de socorro	252
3.5 Fuga do local do acidente	257
3.6 Embriaguez ao volante	259
3.7 Violação da suspensão ou proibição imposta	264
3.8 Desobediência – omissão na entrega do documento	265
3.9 Competição não autorizada – “racha”	266
3.10 Falta de habilitação	269
3.11 Entrega de veículo a pessoa não habilitada	273
3.12 Velocidade incompatível com a segurança	276
3.13 Fraude na apuração de acidente de trânsito com vítima	278
Resumo dos pontos relevantes	281
Bibliografia	284

Capítulo VI - IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – Lei nº 10.054/00

1 Conceito	287
2 Diferença entre identificação (ou qualificação) e identificação criminal	287
3 Evolução do tema	288
4 Matéria disciplinada pela Lei 10.054/00.....	289
a. Prova da identificação civil.....	289
b. Hipóteses de identificação criminal condicionada à não-identificação civil	290
c. Hipóteses de identificação criminal compulsória ou obrigatória, independentemente da identificação civil	294
d. Identificação criminal na Lei do Crime Organizado – Lei nº 9.034/95	295
e. Identificação na “Lei Maria da Penha” – Lei nº 11.340/06	296
f. Outras hipóteses de identificação criminal compulsória ou obrigatória de indiciados ou acusados	298
5 Hipóteses de identificação criminal compulsória e direito à não-auto-incriminação – a questão da [in]constitucionalidade.....	300
6 Quadro sinóptico da identificação criminal.....	302
Bibliografia.....	303